

SEXUALIDADE E A PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL: DIREITOS E ESCOLHAS SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS

DEBORA MARTINS SILVA debora.ufrrj21@gmail.com
UFRRJ/ IM/ PIBIC/ OBEDUC/ CAPES

IZADORA MARTINS DA SILVA DE SOUZA izadorasouza15@gmail.com
UFRRJ/ IM/ OBEDUC

LEILA LOPES DE AVILA leilalopesavila@gmail.com
UFRRJ/ PPGEDUC/ OBEDUC/ CAPES

MÁRCIA DENISE PLETSCH marciadenisepletsch@gmail.com
UFRRJ/ IM/ OBEDUC/ PPGEDUC

RESUMO

No presente trabalho objetivamos apresentar a partir de um estudo, em andamento, questões sobre a relação entre a sexualidade e deficiência intelectual. Temos como objetivo trazer reflexões sobre os direitos educacionais e sociais desses sujeitos frente as suas escolhas, sobretudo, no campo da sexualidade. Sabemos que as oportunidades que são dadas para pessoas com deficiência intelectual são poucas, muitas vezes nenhuma, especialmente quando o tema se refere as suas opções relacionadas a vida sexual. A partir da pesquisa qualitativa realizada com pessoas com deficiência intelectual matriculados em duas redes de ensino localizadas na Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro, verificamos que os sujeitos querem ter voz, querem ter oportunidades e opções de escolha em suas vidas pessoais e também educacionais. Nossos dados preliminares, foram analisados em diálogos com algumas diretrizes federais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) Brasil (1990), Declaração da Onu (1948), bem como a literatura especializada na área. A partir dessas análises podemos sinalizar que as escolhas sexuais dos filhos geram grande impasses entre pais e filhos, gerando conflitos e, é nesse sentido, que observamos o quão importante é o posicionamento da escola como parte integrante nesse tomada de decisões dos pais e da pessoa com deficiência intelectual.

PALAVRAS-CHAVE: Sexualidade – Deficiência Intelectual – Diretrizes políticas.



INTRODUÇÃO/ OBJETIVOS

A sexualidade é algo que está intrínseco no ser humano, faz parte da nossa saúde biológica e psicológica. Neste texto, teremos como foco a sexualidade na pessoa com deficiência intelectual, que também sente prazer e deve ser livre para fazer suas escolhas. Muitos acreditam que as pessoas com deficiência intelectual são assexuadas, alguns pais tratam seus filhos com essa deficiência como crianças que nunca crescem e não gostam de abordar o assunto com os filhos, assim como nos mostra Glat (2007, p. 52) “Meu filho às vezes pergunta de sexo, mas eu não sei o que responder e mudo de assunto” [...] “Tenho vergonha de falar sobre isso com o meu filho”¹.

Partindo desta premissa, as pessoas com deficiência intelectual são excluídas da vida sexual, muitas até sendo convencidas a tomar medidas radicais como a esterilização. Isso ocorre, principalmente, entre as mulheres, pois os pais acreditam que elas são muito vulneráveis impedindo muitas vezes de se autoempoderar (DANTAS, SILVA e CARVALHO, 2013).

Para o público da educação especial falar sobre sexo, em grande medida, é censurado, tanto no convívio familiar como em sala de aula. Ele acaba sendo vinculado a uma suposta ingenuidade ou inocência, não sendo responsável pelos seus atos. Muitas vezes, este sujeito, não é visto como um sujeito social, como aqueles que exercem múltiplos papéis que lhes são atribuídos, seja na comunidade, no seio familiar, entre outros. A pessoa com deficiência intelectual acaba recebendo estigmas, proporcionando mais a segregação social e física (GLAT, 2007).

Tomando essa perspectiva como base, entendemos que a educação sexual, é de grande importância para pessoas com deficiência intelectual e ao público escolar em geral, pois viabiliza o conhecimento do corpo, dos métodos contraceptivos, das doenças sexualmente transmissíveis, entre outros. Por isso, faz-se necessário desenvolver programas de educação sexual voltados para a pessoa com deficiência intelectual que nem sempre é incorporada nos programas existentes, visto que grande parte do tempo essas pessoas estão no ambiente escolar.

¹ Depoimento de uma mãe que participou de uma pesquisa realizada pela autora.



Em uma pesquisa realizada com pessoas com deficiência intelectual e seus pais, Glat (2007) trouxe discussões do ponto de vista dos alunos jovens e adolescentes de uma instituição de ensino que atendia alunos com diversos tipos de deficiência. A autora observou que o contato entre esses adolescentes era restrito. Vejamos em suas palavras:

[...] de maneira geral, pessoas com deficiência mental exibem comportamentos sexuais inapropriados, ou são sexualmente inibidas ou inativas, por não lhes ter sido dada uma educação e orientação sexual adequada, ou pelo menos, a oportunidade de “aprender na vida”, como os demais (p.18).

A partir do exposto fomos despertados pela curiosidade que culminou em nosso estudo, em andamento, com pesquisas de campo e bibliográfica. No início de nossa investigação, observamos que existe pouca literatura sobre o assunto no Brasil, na maioria das pesquisas de campo o assunto é pouco abordado (MERTENS ET AL, 2010). O que nos mostra a relevância dese trabalho.

Sabemos que no decorrer da história o deficiente foi visto com estranheza e até repudio, digno de misericórdia ou merecedor de morte. Muitas coisas mudaram ao longo do tempo, propostas foram criadas e implantadas para atender a esse público. A legislação hoje tem a intenção de amparar essas pessoas, possibilitando alguns subsídios para uma melhor qualidade de vida. Se a legislação é eficiente ou não, isso não será o foco das discussões deste trabalho (PLETSCH, 2010).

Atualmente assistimos a palavra inclusão alocada em vários discursos institucionais e na política pública brasileira. Entre tantas falas humanizadas, a inclusão ainda assume um papel quantitativo, a questão qualitativa ainda se mantém utópica.

A análise histórica mostra a Educação Especial (EE) passou de excludente para assistencialista, logo depois de integração para inclusão. Com um olhar voltado para as primeiras políticas públicas no Brasil, no que diz respeito à EE, vemos o quanto o país ainda precisa percorrer para atender com eficiência as particularidades desse público.

Está claro que a pessoa com deficiência intelectual hoje têm maiores oportunidades, como o seu acesso à escola, com a sala de atendimento educacional especializado (AEE) tornando-se modalidade de ensino e objeto de estudo cada vez mais explorado. Pletsch (2010) defende que a educação inclusiva é:



[...] um processo amplo, no qual a escola deve ter condições estruturais (físicas, de recursos humanos qualificados e financeiros) para acolher e promover condições democráticas de participação dos alunos com necessidades educacionais especiais no processo de ensino-aprendizagem, assim como todos os alunos. É um processo no qual a escola possa promover não só o acesso e a permanência, mas também o aproveitamento social e escolar, levando em consideração as singularidades de cada um (PLETSCH, p. 77).

Sendo assim, ressaltamos que a pessoa com deficiência intelectual é privada desse tema e de tais escolhas. Partindo dessas análises que pauta-se o nosso trabalho que tem como objetivo refletir sobre a sexualidade de adolescentes e jovens com deficiência intelectual a partir de seus relatos pessoais. A pesquisa ainda se encontra em andamento, porém aqui procuraremos fazer uma análise sucinta e apresentaremos questões levantadas a partir do ouvir as pessoas deficientes intelectuais.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos propostos seguiremos as indicações da pesquisa qualitativa com base em Bogdan e Biklen (1994), Ludke (1986) e Esteban (2010). Os procedimentos e a coleta dos dados são a entrevista semiestruturada com pessoas com deficiência intelectual e a análise de documentos (legislação, relatórios, atas escolares, fichas de alunos, entre outros). A pesquisa está sendo realizada em duas redes de ensino da Baixada Fluminense, Estado do Rio de Janeiro.

Cabe mencionar que para a realização das entrevistas usamos como base Glat (2007) que elaborou um roteiro, os quais sintetizaram a seguir com as suas devidas respostas:

- _ O que é fazer sexo?
- _ É transar.
- _ E o que é transar?
- _ É ir para a cama.
- _ E o que se faz na cama?
- _ Transa.
- _ Mas como se transa?



- _ Deita na cama e transa.
- _ Como a mulher engravida?
- _ Indo para a cama com o marido.
- _ Como nascem os bebês?
- _ O médico pega uma tesoura, corta a barriga,
e tira o neném (p. 32).

Tendo como ponto de partida essas e outras discussões sobre a sexualidade da pessoa com deficiência intelectual, teremos o cuidado de preservar as identidades dos sujeitos pesquisados, seguindo assim os procedimentos éticos da pesquisa na área das ciências humanas.

DISCUSSÃO TEORICA E RESULTADOS

É de nosso conhecimento que a vida sexual tem se iniciado cada vez mais cedo entre os jovens brasileiros, a descoberta do sexo hoje é algo declarado e abordado livremente pelos meios de comunicação em geral, ganhando assim debates, muitas vezes, exaltados no nosso cotidiano. Isso nos leva a repensar as nossas práticas como educadores, assim como o currículo das instituições de ensino sobre o tema sexualidade. Apesar de todo esse pronunciamento, a sexualidade ainda é um tabu em nossa sociedade e isso é inegável quando tratamos do assunto na escola. Nossa pesquisa evidenciou que a questão até é abordada dentro do ambiente escolar, que acolhe essas discussões, mas de maneira tímida e muito embaraçosa.

Os dados também revelaram que os profissionais de ensino não se sentem preparados para lidar com a temática, especialmente em função da falta de informação na graduação, que por sua vez, pouco aborda o tema nos currículos. Talvez a partir desses pressupostos surjam às divergências ocorridas nas instituições de ensino, pois a questão de educação sexual ainda não é parte da educação plena. Essa questão é relevante no que tange a formação do professor.

Entendemos que o tema da sexualidade deve ser integrado aos currículos de formação de professores, sobretudo, por acreditarmos que é na escola que o indivíduo tem a oportunidade de compartilhar e discutir assuntos como a sexualidade, Glat



(2004, 2007) reforça nossos argumentos ao dizer que as instituições de ensino têm papel importante ao esclarecerem certos conceitos para seus educandos em relação à vida sexual e aos direitos sexuais.

Também sinalizamos para a importância dos professores em conhecerem o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Brasil (1990) que é considerado um instrumento legislativo de vanguarda e tem grande importância para a proteção de crianças e adolescentes:

Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Infelizmente, nas práticas que observamos durante a pesquisa, em grande medida, a deficiência intelectual causou impactos negativos nos pais, que desde o nascimento enxergam o filho como uma criança incompleta e sem perspectivas. Essa perspectiva nos parece estar atrelada a falta de informação das famílias sobre as possibilidades de seus filhos, assim como pela forma estigmatizada e negativa que essas pessoas ainda são tratadas em grande parte pela nossa sociedade. Daí o bloqueio em aceitar a questão da sexualidade no indivíduo com deficiência intelectual, que acaba sendo encarada como algo desonroso e até mesmo hediondo. Isso só mostra a falta de preparo e informação das famílias e da sociedade em geral (GLAT 2004).

A discussão e o trabalho de conscientização devem começar com os pais desses alunos, para que eles possam entender e conviver de maneira benéfica, oportunizando assim um melhor desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual. Não é repreender, e sim compreender as questões que envolvem esse sujeito. A orientação é a palavra, tanto para alunado, quanto para pais (GLAT e PLETSCHE, 2004).

Nossos dados, ainda em análise, evidenciaram que as práticas e as concepções sobre a sexualidade e os direitos sexuais das pessoas com deficiência intelectual continuam fortemente estigmatizadas, apesar dos avanços legais sobre os seus direitos sociais e educacionais que avançaram enormemente nos últimos anos.



Diante dessas mudanças, entendemos que nossa pesquisa, em andamento, pode contribuir, sobremaneira, para elucidar o debate sobre os direitos sexuais das pessoas com deficiência intelectual, mas também, possibilitar reflexões sobre caminhos e possibilidades a serem empregados na implementação de políticas e programas de educação sexual para esses sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRÉ, M. E. D. A. Etnografia da prática escolar. 12ª Edição, Editora Papyrus, São Paulo, 1995.

BOGDAN, R. e BIKLEN, S. Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Porto /Portugal, 1994.

BRASIL. Constituição Federal Brasileira. Brasília, 1988.

_____. Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990.

_____. Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em julho de 2014.

_____. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11> Acesso em junho de 2014.

DANTAS, T. C; SILVA, J. S. S. e CARVALHO M. E. P. Entrelace entre gênero, sexualidade e deficiência: uma história feminina de rupturas e empoderamento. 36ª Reunião Nacional da ANPEd, Goiânia-GO, 29 de setembro a 02 de outubro de 2013.

ESTEBAN, M. P. S. Pesquisa qualitativa em educação – fundamentos e tradições. Editora Artmed, Porto Alegre, 2010.

GLAT, R. Saúde sexual, Deficiência & juventude em risco. Rio de Janeiro, Março de 2004.

_____. e PLETSCHE, M. D. Orientação familiar como estratégia facilitadora do desenvolvimento e inclusão de pessoas com necessidades especiais. Revista Educação Especial, nº 24, 2004. Santa Maria/RS. Disponível em: www.ufsm.br/ce/revista.

_____. A Integração Social dos Portadores de Deficiência - Uma Reflexão. 3ª Edição, Rio de Janeiro, 2006.



_____. e FREITAS, R. C. Sexualidade e deficiência mental: pesquisando, refletindo e debatendo sobre o tema. 3ª Edição, Editora 7 Letras, Rio de Janeiro, 2007.

_____. Somos iguais a vocês: Depoimentos de mulheres com deficiência mental. 2ª Edição Revisada, Rio de Janeiro, Editora 7 Letras, 2009.

LUDKE, M. A. M. D. A. Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MERTENS, D.; WILSON, A.; MOUTRY, J. In KLEIN, Susan S. Handbook for Achieving Gender Equity Through Education. 2. ed. New York and London: Routledge, 2010. p.583-607.

PLETSCH, M. D. Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual. Editoras NAU & EDUR, Rio de Janeiro, 2010.